

## A MULHER NO AGRONEGÓCIO

**Roberto Rodrigues\***

No último dia 8 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Em sua luta pela igualdade de direitos em relação ao homem, elas fizeram manifestações em todos os países, chamando a atenção para temas como a remuneração diferencial entre gêneros e acesso ao mercado de trabalho. No mundo todo - e no Brasil também - cresce a participação feminina em todas as atividades laborais, mas existem certas características específicas em nossa área rural.

Recente pesquisa feita pela ABMRA por exemplo, mostra que as mulheres já ocupam cargos de gerência em quase um terço das fazendas brasileiras. E, não surpreendentemente, 81% dos homens entrevistados na pesquisa manifestaram confiança na capacidade das mulheres de administrarem as propriedades rurais. Aliás, nas Universidades de Ciências Agrárias vem aumentando também o número de alunas. Tanto em cursos de Agronomia quanto de Veterinária e de Zootecnia, além da Engenharia Florestal e de Alimentos, quase metade dos estudantes são meninas. E elas vem ganhando boa parte dos prêmios de excelência oferecidos por suas instituições de ensino. Portanto, nada mais natural do que o avanço feminino na gestão de negócios agropecuários e de empresas do setor, tanto a montante quando a jusante das fazendas de todo o país.

O pesquisador Felipe Serigati, do Centro de Agronegócios da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas acaba de fazer com sua equipe um interessante estudo sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho do agro, a partir de dados do IBGE. Alguns aspectos do trabalho devem ser destacados.

Chama a atenção o fato de que, embora venha crescendo em todos os setores, a presença laboral feminina no campo, em relação à masculina, é menor: no ano passado, elas eram 43,7% das ocupações no mercado brasileiro geral, e só 34,2% no agronegócio. Porém, entre as mulheres, a proporção das ocupações formais é ligeiramente maior que entre os homens (76,2% contra 75,2%). Evidentemente, elas têm menor participação no trabalho informal. Em compensação, elas são muito importantes como empregadoras na agricultura familiar.

Por outro lado, apesar do salário das mulheres ser em geral mais baixo do que o dos homens no campo, essa diferença é também menor do que a média nacional. No ano passado, as mulheres receberam, na média, remuneração igual a 76,2% da dos homens no país todo mas, no agronegócio, receberam 78,3%. E isso não se constata em um único ano. De fato, de 2012 a 2017, no agronegócio as remunerações aumentaram 6,1% para homens e 10,6% para mulheres, de modo que a remuneração feminina no agro aumentou 73% mais do que a variação salarial masculina.

O Brasil rural pode, portanto, se orgulhar de seus avanços na questão do gênero. Nas entidades de classe cresce a liderança feminina. Na Unica está Elisabeth Farina, no IBÁ está Elisabeth Carvalhaes, na ABAG/RP está Monika Bergamaschi, no NFA temos Carmen Perez.

E o coroamento desta realidade aconteceu no Congresso Nacional: a Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados acaba de eleger como sua presidente a notável Deputada Federal Tereza Cristina, do Mato Grosso do Sul. Num ambiente majoritariamente masculino, esta grande defensora do campo assume o mais importante cargo ligado ao agro no Legislativo nacional, e em um ano emblemático, marcado pelas mais significativas eleições dos tempos modernos no Brasil, porque definirão o nosso futuro enquanto nação. Com o comando de Tereza Cristina estaremos bem representados nesta quadra histórica.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**